

# ANAIIS

## II MOSTRA DE TRABALHOS ACADÊMICOS

DO CURSO DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DO VALE  
DO TAQUARI - UNIVATES

NOVEMBRO, 2023



**DI  
REI  
TO**  
UNIVATES

# ANAIIS

## II MOSTRA DE TRABALHOS ACADÊMICOS

DO CURSO DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DO VALE  
DO TAQUARI - UNIVATES

NOVEMBRO, 2023



ALICE KRAMER IORRA SCHMIDT, MESTRE  
ELISABETE CRISTINA BARRETO MULLER, MESTRE  
LEILA VIVIANE SCHERER HAMMES, MESTRE  
MARINA ANTUNES MARTINI, ESPECIALISTA  
MARTA LUISA PICCININI, MESTRE  
TATIELE GISCH KUNTZ, MESTRE  
(ORGANIZADORES)

**ANAIS DA II MOSTRA DE TRABALHOS ACADÊMICOS DO  
CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO VALE DO  
TAQUARI - UNIVATES**

**NOVEMBRO, 2023**

1ª Edição

Quipaá Editora  
2023

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

A presente obra contempla os trabalhos acadêmicos apresentados em novembro de 2023, no evento “Semana de Direito e Mostra de Trabalhos Acadêmicos do Curso de Direito”, da Universidade do Vale do Taquari – Univates.

Revisão e normalização: os autores e autoras

Preparação e diagramação: Quipá Editora

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

A532 Anais da II mostra de trabalhos acadêmicos do curso de Direito da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES / Organizado por Alice Kramer Iorra Schmidt [et al.] – Iguatu, CE : Quipá Editora, 2024.

31 p. : il.

ISBN 978-65-5376-289-3

1. Direito – pesquisas. I. Schmidt, Alice Kramer Iorra. II. Título.

CDD 340

---

Obra publicada em janeiro de 2024

Quipá Editora  
www.quipaeditora.com.br  
@quipaeditora

## **COMITÊ CIENTÍFICO E ACADÊMICO**

### **INFORMAÇÕES SOBRE OS ORGANIZADORES**

Alice Kramer Iorra Schmidt, mestre  
Elisabete Cristina Barreto Muller, mestre  
Leila Viviane Scherer Hammes, mestre  
Marina Antunes Martini, especialista  
Marta Luisa Piccinini, mestre  
Tatiele Gisch Kuntz, mestre

## SUMÁRIO

### **A ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS À LUZ DA MORALIDADE TRIBUTÁRIA E DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS** **10**

*Débora Campão Soares*  
*Orientadora: Tatiele Gisch Kuntz*

### **FAZENDO O BEM** **11**

*Ana Laura Lunardi*  
*Diulia de Souza Florêncio*  
*Larissa Carolina Menezes da Rosa*  
*Maitê Taborda*  
*Renata Bortolini*  
*Thays Esteves Machado*  
*Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

### **DIREITOS DOS IMIGRANTES: DESENVOLVIMENTO DE UMA CARTILHA INSTRUCIONAL** **12**

*Ana Carolina Marcolin*  
*Ana Bresolin*  
*Augusto Link*  
*Gabriel Montemaggiore*  
*Gabriela Lagemann*  
*Marina Fontana*  
*Mateus da Rosa*  
*Lorenzo Titton*  
*Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

### **PROJETO SOLIDARIEDADE SEM FRONTEIRAS** **13**

*Bruna Invernizzi Barossi*  
*Caroline Piaia*  
*Caroline Rodrigues Gonçalves*  
*Francieli Rodrigues Cristo*  
*Maria Helena Fontana*  
*Milena Vitória Groders*  
*Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**RECONSTRUINDO O SABER****14**

*Ana Luiza Rheinheimer  
Júlia Carvalho Goettems  
Morgana Fleck Bassetto  
Natália Dias Dorneles  
Vitória Minto Charão.  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO MASCULINO DE LAJEADO, O DIREITO AO ENSINO E O INCENTIVO À LEITURA****15**

*Ana Carolina Pretto  
Artuzzo Baiocco Nascimento  
Luana Karolina Sieben  
Lucas A. Mallmann  
Luísa Schwarzer Lazzeron  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**INCLUSO EM AÇÃO****16**

*Dheniffer da Silva Scheffer  
Julia Miranda  
Marieli de Souza Dametto  
Paloma Weber Vivian  
Roberta Osterkamp Staggemeier  
Rubia Vogel, Tainá da Silva  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**AÇÃO DE DOAÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA CRIANÇAS CARENTES VÍTIMAS DA ENCHENTE EM ENCANTADO/RS****17**

*Wagner A. de J. Fleck  
Lucas Barbieri Huwe  
Pedro Laste Fagundes  
Vinicius Maricati Gomes  
Gabriel Hauschild Diehl  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**COLABORAÇÃO PREMIADA: O ADOLESCENTE ENQUANTO AGENTE INFRATOR****18**

*Shaiane Treviso  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**DIREITOS HUMANOS NO MEIO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE  
UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA** **19**

*Bárbara Jordão  
Estevão Tirp,  
João Antonio Bittencourt Mascia  
Júlio César Diefenthaler Fuchs  
Laura Danieli  
Lucas Lindemann Knob  
Pedro Bedinoto Lucca  
Larissa Huppes Conci  
Orientadora: Elisabete C. Barreto Müller*

**INTRODUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO  
ESCOLAR** **20**

*Leidi Aiane Espindola  
Lavinia Luiza Gonçalves Senter  
Leticia de Souza  
Lucas Balduino Pacheco  
Nicole da Silva Bevilaqua  
Augusto Dos Passos  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**CONSCIENTIZANDO OS ALUNOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA  
INCLUSÃO SOCIAL, DE RESPEITO E DO COMBATE AO  
BULLYING** **21**

*Nicole Klein  
Raiane Pedó  
Guilherme Carissim Giuseppe Cadura  
Nathalia Borba  
Manoella Brentano  
Mario José Eckhardt  
Carlos Trindade.  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**EDUCAÇÃO E CIDADANIA FISCAL EM AÇÃO: AS  
CONTRIBUIÇÕES E IMPACTOS DA EXTENSÃO PARA A  
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL** **22**

*Kelwin Fernando Rodrigues  
Leila Viviane Scherer Hammes  
Marta Luisa Piccinini  
Tatiele Gisch Kuntz*



**VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL – UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 2022** 23

*Izadora Fachini Schena*

*Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**ASPECTOS JURÍDICOS NA RELAÇÃO TRABALHISTA DOS ATLETAS PROFISSIONAIS DE ESPORTE ELETRÔNICO (CYBER-ATLETAS) NO BRASIL** 24

*Lucas Augusto Arthus*

*Orientadora: Claudia Tessmann*

**PERSONALIDADE PSICOPÁTICA: A IMPUTABILIDADE PENAL DO PSICOPATA À LUZ DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO** 25

*Mariana Tanski Maieski*

*Orientador: Sandro Fröhlich*

**(IM)POSSIBILIDADE DE AÇÃO DE USUCAPIÃO DE ÁREA COMUM DE CONDOMÍNIO EDÍLIO À LUZ DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA** 26

*Stéfano Augusto Koste*

*Orientadora: Gláucia Schumacher*

**TEORIAS CONTEMPORÂNEAS QUE BUSCAM ATENUAR O PROBLEMA DA (IN)EFICÁCIA E (IN)EFETIVIDADE NOS TRATADOS E DECISÕES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO** 27

*Lucas Abelleira Jaeger*

*Orientador: Renato Luiz Hilgert*

**O IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA COMO UM INSTRUMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL: UMA ANÁLISE DA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA** 28

*Marieli Luisa Zarth*

*Orientadora: Tatiele Gisch Kuntz*

**O CONTROLE DE JORNADA E O REGIME DE TELETRABALHO:  
UMA PERSPECTIVA A PARTIR DAS NORMAS COLETIVAS DOS  
TRABALHADORES BANCÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL NO  
PERÍODO DE 2020-2022** **29**

*Letícia Sartor Marconato*  
*Orientador: Cloceimar Lemes Silva*

**GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS  
PERANTE A DOADORA E LEGITIMAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR** **30**

*Rúbia Artus*  
*Orientadora: Marta Luisa Piccinini*

**O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO VALE DO TAQUARI:  
UM ESTUDO SOBRE POTENCIAIS REFLEXOS** **31**

*Leila Viviane Scherer Hammes*

## **A ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS À LUZ DA MORALIDADE TRIBUTÁRIA E DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS**

*Débora Campão Soares*

*Orientadora: Tatiele Gisch Kuntz*

**Resumo:** A Constituição Federal assegurou diversos direitos sociais à população, os quais são custeados, dentre outras formas, por meio de recursos advindos da cobrança de tributos. É por meio da tributação que o Estado consegue efetivar as garantias e os direitos fundamentais previstos na Carta Magna. Nesse cenário, destaca-se a tributação sobre renda, visto que, este imposto se apresenta como uma das principais ferramentas para alocação das riquezas na sociedade. Contudo, a função dos tributos não é somente arrecadatória. É necessário que sejam norteados pelos princípios constitucionais, a fim de garantir uma tributação justa. Da mesma forma, tem-se que a concessão de benefícios fiscais também merece passar pelo mesmo crivo, para assegurar as garantias estabelecidas pela Carta Magna. Atualmente, os rendimentos auferidos a título de distribuição de lucros e dividendos são isentos de tributação pelo imposto de renda de pessoa física (IRPF), conforme prevê o art. 10 da Lei nº 9.249/95. A partir disso, o questionamento que se coloca, pode ser resumido na seguinte indagação: Qual a compatibilidade entre a isenção do imposto de renda de pessoa física sobre lucros e dividendos e a moralidade tributária e demais princípios constitucionais? Desse modo, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar se a isenção do imposto de renda das pessoas físicas sobre lucros e dividendos é (in)compatível com os princípios do sistema constitucional em vigor, especialmente com a moralidade tributária. A presente análise se justifica na medida em que o sistema tributário brasileiro é pautado na ideia de justiça fiscal consagrada na Constituição Federal. Para exame do proposto, foi realizado um estudo de cunho qualitativo, com a interpretação e análise dos dados por meio da técnica de pesquisa bibliográfica, fundamentada em uma revisão teórica de livros, artigos e periódicos que tratam a respeito do tema em análise. O método de abordagem utilizado para o desenvolvimento do trabalho foi o dedutivo, e o método de procedimento utilizado foi o histórico e o comparativo. Ao final, concluiu-se que a isenção do imposto de renda das pessoas físicas sobre lucros e dividendos afronta o princípio da moralidade tributária, bem como fere princípios fundamentais como a capacidade contributiva e a isonomia, já que, ao que parece, não há uma distribuição justa da carga tributária quando se tributa no IRPF renda proveniente do trabalho, mas isenta-se a renda auferida por lucros e dividendos. Logo, não há como alcançar a justiça fiscal pretendida pelo Estado mantendo a isenção prevista no art. 10 da Lei nº 9.249/1995.

**Palavras-chave:** Imposto de Renda; lucros e dividendos; justiça fiscal; moralidade tributária.

## FAZENDO O BEM

*Ana Laura Lunardi, Diulia de Souza Florêncio,  
Larissa Carolina Menezes da Rosa, Maitê Taborda,  
Renata Bortolini e Thays Esteves Machado.  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** Em meio ao desastre ocorrido pela combinação de diversos fatores sócio-naturais, uma enchente assolou o Vale do Taquari-RS de forma a causar enormes prejuízos à população na primeira semana de setembro de 2023. Diante disso, houve mobilizações de inúmeras pessoas de diversas regiões do Rio Grande do Sul e inclusive de outros Estados do Brasil com o intuito de ajudar aqueles que foram afetados por este fenômeno. Apesar de todo o auxílio recebido, atualmente as necessidades das pessoas atingidas são diferentes, não se tratando mais de comida ou roupa de maneira urgente, mas, sim, da busca pela reestruturação. Considerando essa realidade e a demanda de um dos bairros que foi assolado por esta enchente, este grupo, vinculado ao componente curricular de Direitos Humanos, decidiu, realizar uma ação de extensão no Bairro Conservas de Lajeado/RS, com o objetivo de visitar a comunidade para entender as necessidades e a partir disso, averiguar a possibilidade de doações, indo ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 1 - Erradicação da Pobreza, 3 - Boa Saúde e Bem-estar e 10 - Redução da Desigualdade Social. O problema que permeia esta ação é como consolidar os direitos fundamentais básicos de famílias afetadas pela enchente do começo do mês de setembro de 2023? Para alcançar o objetivo proposto foi realizada uma primeira visita em que se observou as necessidades e se buscou compreender as demandas, os projetos e ações em relação aos auxílios recebidos até então, conversando com algumas famílias e lideranças da comunidade. Uma das questões a ser verificada, por exemplo, é o programa de ajuda no aluguel de imóvel, cuja renda não condiz com o valor que as imobiliárias estão exigindo. A partir da visita, o grupo recebeu o convite para participar do evento alusivo ao Dia das Crianças na comunidade, que ocorreu em 14 de outubro de 2023. O grupo então se mobilizou para a arrecadação de brinquedos e doces para as crianças, além de se fazer presente e auxiliar nas brincadeiras propostas. Além deste resultado parcial, o grupo pretende alcançar resultados mobilizando empresas ou entidades para conseguir doação de mobiliário, como roupeiros, pias de cozinha, balcões e fogões, para as famílias que foram drasticamente atingidas pela referida enchente.

**Palavras-chave:** Direitos humanos; solidariedade; empatia; desigualdade; desastre natural.

## DIREITOS DOS IMIGRANTES: DESENVOLVIMENTO DE UMA CARTILHA INSTRUCIONAL

*Ana Carolina Marcolin, Ana Bresolin,  
Augusto Link, Gabriel Montemaggiore,  
Gabriela Lagemann, Marina Fontana,  
Mateus da Rosa e Lorenzo Tilton  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** Em setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável foi desenvolvida uma lista de dezessete objetivos e 169 metas a serem atingidas até o fechamento da Agenda 2030. As ações abordam áreas de erradicação da pobreza, segurança militar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades e outros temas considerados críticos e fundamentais para o alcance de uma comunidade mais igualitária e desenvolvida. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, Educação de Qualidade, busca garantir o acesso à educação básica e de qualidade para todos, especificamente a meta 4.3 determinada pelas Nações Unidas propõem “Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.”, enquanto o objetivo brasileiro visa “Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis”, como informa o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Indiretamente, o projeto de extensão Vem Pra Cá, da Univates, com foco na comunidade de imigrantes do município de Lajeado-RS, procura promover oportunidades de formação teórico-prática sobre a linguagem e o ensino de português. Considerando este cenário, o grupo, vinculado ao componente curricular de Direitos Humanos da Univates, decidiu desenvolver uma ação de extensão voltada aos imigrantes, com o objetivo de contribuir com a formação e o esclarecimento de dúvidas relativas aos direitos, especialmente os direitos fundamentais e deveres desta população, por meio de uma cartilha de fácil acesso e compreensão. O problema que conduzirá esta ação consiste em como contribuir com a consolidação de direitos humanos e fundamentais de imigrantes no município de Lajeado-RS? Após a sondagem realizada, decidiu-se que a primeira medida seria o desenvolvimento de uma cartilha contendo direitos básicos e acessos que os imigrantes possuem ao estarem vivendo no Brasil no intuito de informar, educar e conscientizá-los. Devido à comunicação diferente, por questões de língua, cultura e outros obstáculos, uma dificuldade é o acesso fácil e descomplicado à informação. Com apoio de livros, professores e teóricos, será organizada uma cartilha física que será entregue e aprovada pela coordenação do projeto de extensão que busca prestar auxílio, antes de distribuí-la ao público-alvo desta ação. Conclui-se que o acesso à educação de qualidade é um problema no Brasil que perdura até hoje. Então, se a educação é de difícil acesso para os brasileiros, educados e introduzidos naturalmente na cultura nacional, o que se dirá em relação àqueles que buscam refúgio, pelos mais diversos motivos, no país.

**Palavras-chave:** Educação; acessibilidade; imigrantes; Brasil.

## PROJETO SOLIDARIEDADE SEM FRONTEIRAS

*Bruna Invernizzi Barossi, Caroline Piaia,  
Caroline Rodrigues Gonçalves, Francieli Rodrigues Cristo,  
Maria Helena Fontana e Milena Vitória Groders  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** A questão da imigração é uma pauta de extrema importância para o Brasil. Atualmente, o país recebe imigrantes de diversas partes do mundo, em busca de melhores condições de vida e maior estabilidade econômica. Nesse sentido, é imprescindível a existência de ações que garantam a proteção dos direitos humanos e integração dessas pessoas na sociedade. O projeto “Solidariedade Sem Fronteiras” é uma ação extensionista vinculada ao componente curricular de Direitos Humanos do curso de Direito da Univates, que tem como objetivo auxiliar os imigrantes haitianos que residem no município de Encantado/RS. A ação tem fundamento no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 10, ou seja, visa à redução de desigualdades na sociedade, uma vez que os imigrantes haitianos enfrentam desafios de integração e oportunidades devido às suas origens e situações migratórias. De acordo com os princípios fundamentais dos direitos humanos, é necessário que todos, independentemente de raça, cor ou nacionalidade, tenham acesso à educação, saúde, empoderamento econômico, documentação legal, trabalho digno, participação cívica, assistência social, entre outros. No início deste projeto, foi aplicado um questionário para o representante dos haitianos residentes em Encantado/RS. Neste questionário buscou-se identificar o nível de conhecimento sobre as questões migratórias, bem como de seus direitos elementares, e as principais dificuldades encontradas neste município para sua adaptação. O grupo extensionista também contatou o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, a Prefeitura de Encantado/RS e a Cooperativa Dália, que informou que contratou imigrantes para trabalhar. A chegada dos haitianos, intermediada pela Cooperativa, aconteceu em duas etapas. Após essas duas etapas de contratação, houve a continuidade de contratação de haitianos, porém, através de suas próprias redes migratórias e de seus contatos familiares e profissionais. O primeiro grupo chegou em ônibus locado pela empresa, sendo 42 imigrantes do sexo masculino, na faixa etária de 18 a 50 anos. Conforme a encarregada do setor de Recursos Humanos da Cooperativa, no dia 09/12/2013, chegou o primeiro grupo de haitianos, vindos da Brasiléia. Na segunda etapa, vieram 30 homens haitianos, na mesma faixa etária. Observou-se que o critério de seleção priorizou homens haitianos, excluindo as mulheres devido a exigência da função de trabalho que requer maior esforço físico. A partir destes contatos, foi possível esclarecer os principais desafios enfrentados pelos imigrantes e, portanto, o grupo extensionista decidiu confeccionar uma cartilha com as principais informações para auxílio dos imigrantes haitianos encantadenses. Também há a intenção de ir ao encontro do poder público municipal para que este se comprometa em auxiliar os haitianos e outros imigrantes que optarem pela cidade, em quaisquer necessidades, de forma efetiva.

**Palavras-chave:** Migração haitiana; direitos humanos; ação extensionista.

## RECONSTRUINDO O SABER

*Ana Luiza Rheinheimer, Júlia Carvalho Goettems,  
Morgana Fleck Bassetto, Natália Dias Dorneles,  
Vitória Minto Charão.  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** O projeto aborda a reconstrução da Escola Municipal de Ensino Fundamental Construindo o Saber, situada na cidade de Arroio do Meio/RS, a qual foi afetada pela enchente que ocorreu no Vale do Taquari/RS, na primeira semana de setembro de 2023. O grupo vinculado ao componente curricular de Direito Humanos, optou por escolher este tema para desenvolver a ação extensionista, pois além de ser algo recente e drástico está relacionado com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS de número 4 - Educação de Qualidade. Esta ação tem por objetivo prestar auxílio aos alunos, professores e funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental Construindo o Saber. Em virtude da enchente, a escola perdeu todos materiais escolares, livros e estantes da biblioteca, classes e cadeiras das salas, as portas foram completamente destruídas, bem como o refeitório ficou sem mesas para as crianças realizarem suas refeições e ainda não há salas adequadas para as turmas que ficam em período integral. Portanto, o problema que se pretende enfrentar é como melhorar e garantir o amparo tão essencial para a educação - direito humano e fundamental - das crianças e adolescentes desta escola? Os procedimentos metodológicos estão focados em conseguir arrecadar doações para esta instituição. Em entrevista realizada com a diretora da escola, foi possível visitar as áreas afetadas, realizar registros fotográficos e organizar a lista do que é necessário. O grupo está contatando os responsáveis e arrecadando bens e mobiliário por meio de doações, visando à solução de determinados problemas que a escola está enfrentando. Por fim, conclui-se que a presente atividade elaborada é de suma importância para os Direitos Humanos, uma vez que assegura a educação de qualidade para as crianças e os adolescentes. Dessa forma, mais do que fortalecer a educação, faz-se necessário o restabelecimento da organização escolar. Somente assim a escola garantirá a educação básica necessária prevista em Lei e a sociedade valorizará este importante patrimônio educacional, visando promover o desenvolvimento didático dos alunos. Porém, ainda é de suma importância a participação efetiva da sociedade em causas como a da escola Construindo o Saber, pois apenas dessa forma que a população brasileira irá garantir e efetivar a educação básica e de qualidade no país. Não obstante, o sentimento que fica, apesar da situação caótica encontrada, é de gratidão por ter vivenciado esta experiência memorável, que ajudou a comunidade restaurar a instituição de ensino.

**Palavras-chave:** Declaração Universal dos Direitos Humanos; educação de qualidade; Ensino Fundamental.

## **A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO MASCULINO DE LAJEADO, O DIREITO AO ENSINO E O INCENTIVO À LEITURA**

*Ana Carolina Pretto, Artuzzo Baiocco Nascimento,  
Luana Karolina Sieben, Lucas A. Mallmann,  
Luísa Schwarzer Lazzeron  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** Este trabalho de extensão busca analisar a educação no sistema penitenciário de Lajeado/RS e incentivar os detentos no seu processo de ressocialização, uma vez que, a qualidade de ensino, está ligada com o quarto objetivo de desenvolvimento sustentável - ODS da “Organização das Nações Unidas” - ONU. Nesse sentido, a educação auxilia na obtenção dos objetivos de reabilitação e resgate social, possibilitando que os ex-detentos tenham outras opções e não o regresso ao crime, verifica-se que é proeminente elaborar uma ação que tenha por objetivo cooperar com esse processo de educação. O acesso ao ensino dentro da penitenciária é uma questão muito complexa, com muitos presídios não possuindo recursos para oferecer a educação adequada, por falta de verba, professores, qualificação e instalações. Além disso, prisioneiros muitas vezes são estigmatizados pela sociedade, o que pode resultar em uma falta de apoio para programas de educação nas prisões, dificultando a expansão desses programas e a obtenção de financiamentos. Também é muito importante salientar que devido às “leis da cadeia” existem diversas barreiras entre os próprios apenados, as quais acabam dificultando ainda mais o acesso ao ensino. Portanto, o problema que se apresenta é como viabilizar e contribuir para o direito à educação, direito humano e fundamental, no Presídio Estadual de Lajeado/RS? Até o momento, o grupo realizou duas visitas ao local, onde foi possível conversar com os responsáveis pela educação do Presídio e com as pessoas privadas de liberdade que comentaram que as opções de livros eram escassas e desinteressantes. Por isso, a hipótese de solução é incentivar a leitura e expandir as opções de obras literárias arrecadadas por meio de doações. A leitura não apenas estimula o desenvolvimento cognitivo, mas também promove o conhecimento, melhora a comunicação e reduz o isolamento. Além disso, a leitura oferece uma fuga positiva do ambiente prisional, ajuda a desenvolver empatia e prepara os prisioneiros para a educação contínua. Também, ler desempenha um papel crucial na redução da reincidência, proporcionando aos prisioneiros uma oportunidade de crescimento pessoal e uma via para uma reintegração bem-sucedida na sociedade. Para tanto, o grupo irá observar e entender como funciona o ensino no Presídio de Lajeado, através da participação em aulas, conversas com professores e apenados e com isso agir para melhorar as condições de estudo para esses cidadãos. Este trabalho é uma ação extensionista do componente curricular de Direitos Humanos, do curso de Direito da Univates, e em 17 de outubro de 2023, foi lançada uma campanha para arrecadação de livros em todo o campus desta Instituição. As obras arrecadadas serão destinadas à unidade do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos - NEEJA Liberdade, estabelecido junto ao Presídio Estadual de Lajeado/RS, visto que eles necessitam destes materiais para a promoção do direito à educação, nesta unidade.

**Palavras-chave:** Educação; leitura; doação; penitenciária; oportunidade.



## INCLUSÃO EM AÇÃO

*Dheniffer da Silva Scheffer, Julia Miranda,  
Marieli de Souza Dametto, Paloma Weber Vivian,  
Roberta Osterkamp Staggemeier, Rubia Vogel, Tainá da Silva  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** A presente ação de extensão, vinculada ao componente curricular de Direitos Humanos do curso de Direito da Univates, intitulada "Inclusão em Ação", é uma iniciativa com o propósito de fomentar a inclusão social e reduzir preconceitos no âmbito da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Estrela/RS. A escolha visa a destacar a importância de erigir uma sociedade justa e igualitária, buscando desconstruir estereótipos que muitas vezes marginalizam pessoas com deficiência. Inspirados pelo "Setembro Verde: Mês da Pessoa com Deficiência", a ação se alinha ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, que foca na redução da desigualdade. O projeto não apenas oferece momentos de descontração e interatividade para a comunidade de pessoas com deficiência, mas também abraça uma visão mais ampla de inclusão social como um imperativo ético e um direito inalienável. Este projeto tem como intuito promover um dia de atividades inclusivas e divertidas para os alunos da manhã e tarde da APAE de Estrela/RS, com a intenção de criar um ambiente de aprendizado, onde todos os alunos se sintam reunidos, respeitados e valorizados, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais, fortalecendo os laços de inclusão social, estimulando o desenvolvimento pessoal e também proporcionando um ambiente lúdico e acolhedor. Nesse sentido, questiona-se: que estratégias podem ser adotadas para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência em nossa sociedade, com foco na visibilidade da APAE de Estrela/RS? Para alcançar o propósito estabelecido, serão realizadas atividades que tragam diversão aos alunos, interação com pessoas de fora da comunidade que a frequentam e a estimulação da coordenação motora dos alunos. Alguns exemplos de atividades são o bingo-ação e o brigadeiro sem fogão e, ao final, a entrega de um "prêmio", pela participação nas atividades (um bombom para cada aluno). Além desta ação, o grupo também auxiliará na divulgação dos produtos feitos na APAE, para contribuir com a arrecadação de fundos desta instituição. Por fim, observa-se que o projeto também incentiva as crianças que frequentam a APAE a interagirem com as pessoas da comunidade e conseqüentemente estimular a inclusão das pessoas com deficiência, que é o objetivo central do projeto. Além disso, através da divulgação dos produtos produzidos pela instituição, é possível engajar ainda mais a sociedade com a causa apoiada pela APAE de maneira menos direta, porém, ainda com grande impacto às pessoas beneficiadas. O grupo considera que esta atividade vai gerar muitos frutos positivos tanto para as crianças da APAE quanto para as demais pessoas que estarão contribuindo com o projeto.

**Palavras-chave:** Inclusão; projeto social; igualdade social; visibilidade.

## **AÇÃO DE DOAÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA CRIANÇAS CARENTES VÍTIMAS DA ENCHENTE EM ENCANTADO/RS**

*Wagner A. de J. Fleck, Lucas Barbieri Huwe,  
Pedro Laste Fagundes, Vinicius Maricati Gomes,  
Gabriel Hauschild Diehl  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** Na primeira semana de setembro de 2023 o Vale do Taquari/RS foi afetado por uma cheia, considerada por muitos a maior de todos os tempos, e, esta catástrofe fez com que muitas pessoas perdessem todos os bens que possuíam, inclusive materiais escolares. Além de casas, também foram afetados locais e estabelecimentos públicos, como por exemplo escolas, o que fez com que o acesso à educação ficasse comprometido. Por isso, é notório que, de acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado garantir ao povo brasileiro a propriedade, a segurança, a saúde e a educação. Diante do exposto, evidencia-se o seguinte problema: de que forma é possível contribuir com o direito à educação de crianças afetadas por esta enchente garantindo minimamente o acesso aos materiais necessários para a frequência às aulas? A questão se justifica, pois como referido, nas escolas há a falta generalizada de material escolar, como cadernos, canetas, livros, entre outros materiais educativos e mobiliário que foram arrasados pela referida enchente, deixando muitos alunos sem ter como retornar para seus estudos, o que afetou e continua afetando de forma direta seu aprendizado. Portanto, este trabalho vai ao encontro do objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 4, que visa a garantir que todas as crianças tenham acesso à educação de qualidade, para que assim conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. A presente ação extensionista, vinculada ao componente curricular de Direitos Humanos, que implica na doação de material escolar, demonstra o poder transformador de atos altruístas na comunidade. Através dessa iniciativa, almeja-se fornecer recursos essenciais para crianças, propiciando condições materiais para o acesso à educação e, por consequência, a oportunidades de um futuro melhor. A generosidade daqueles que contribuirão para essa ação representará uma economia para as famílias atingidas pela enchente, mas também espera-se que fortaleça os laços comunitários e promova a consciência sobre a importância da educação. Essas ações inspiram e recordam a todos do impacto positivo que é possível criar na sociedade quando existe união em prol de causas nobres, que reforçam a relevância dos direitos humanos.

**Palavras-chaves:** Escola; enchente; educação; doações; pessoas carentes.

## COLABORAÇÃO PREMIADA: O ADOLESCENTE ENQUANTO AGENTE INFRATOR

*Shaiane Treviso*

*Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** A monografia “Colaboração Premiada: o Adolescente enquanto Agente Infrator”, escrita por Shaiane Treviso, orientada por Leila Viviane Scherer Hammes, tem como tema o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a Lei das Organizações Criminosas - Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013, e a colaboração premiada. Delimita-se à viabilidade da aplicação da colaboração premiada no Brasil, tendo como agente o adolescente infrator e considerando os aspectos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como adicionalmente é um estudo à luz da Lei nº 12.850/2013. O estudo objetiva diagnosticar a possibilidade de aplicação da colaboração premiada ao adolescente infrator, considerando os aspectos da Lei nº 8.069/1990 e da Lei nº 12.850/2013. Também busca responder a questão sobre qual a viabilidade da aplicação da colaboração premiada no Brasil, tendo como agente o adolescente infrator? Como hipóteses há duas negativas. A primeira, tendo em vista se tratar de um meio de prova realizado por coautores e partícipes, a fim de alterar a execução da pena, sendo o adolescente uma vítima da corrupção, não estando sujeito à aplicação da pena; e a segunda, seguindo a linha de raciocínio da primeira hipótese, mas sob justificativa teórica diversa, é também negativa, enquanto o adolescente sujeito de aplicação de medida socioeducativa de remissão, estipulada no artigo 126 da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, tem a seu favor exclusão do processo, independentemente da colaboração premiada. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa explicativa e pesquisa descritiva, com a utilização de material bibliográfico, documental e pesquisa eletrônica. Por fim, concluiu-se que o objetivo proposto foi alcançado e houve a confirmação das hipóteses iniciais, na visão do Código Penal, o adolescente não é um coautor ou um partícipe do fato, mas uma vítima da aplicação formal do artigo 244-B da referida legislação. Portanto, o adolescente não está sujeito à aplicação das penas aplicadas à luz do Código Penal. Seguindo a linha de raciocínio da primeira hipótese, mas sob justificativa teórica diversa, o adolescente tem sua punição fundamentada na reparação, coerção e educação no que diz respeito à proteção integral de forma que, o adolescente é sujeito à aplicação da medida socioeducativa de remissão, estipulada no artigo 126 da Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a qual prevê a possibilidade de exclusão do processo, independente da colaboração premiada, não havendo, portanto, uma finalidade, aos olhos do adolescente, para colaborar com as investigações que têm por objetivo o fim da organização que o acolheu.

**Palavras-chave:** Adolescente infrator; coautoria e participação; colaboração premiada; Estatuto da Criança e do Adolescente.

## DIREITOS HUMANOS NO MEIO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

*Bárbara Jordão, Estevão Tirp,  
João Antonio Bittencourt Mascia, Júlio César Diefenthaler Fuchs,  
Laura Danieli, Lucas Lindemann Knob,  
Pedro Bedinoto Lucca, Larissa Huppes Conci  
Orientadora: Elisabete C. Barreto Müller*

**Resumo:** Promulgada em 1948, pela assembleia geral da ONU, e constituída na época por 58 países, a Declaração Universal dos Direitos Humanos constitui um marco na luta pelos direitos iguais entre as pessoas. Atualmente, o documento é assinado por 193 países, incluindo o Brasil, os quais buscam promover, assegurar e constituir uma sociedade justa tendo como princípio a dignidade humana. **OBJETIVOS:** Entendendo a educação básica como fundamento de uma sociedade, o presente projeto buscou conscientizar, e também, levantar dados a respeito do ensino dos direitos humanos no meio escolar brasileiro, sendo este um meio de alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. **PROBLEMA:** A incompreensão acerca dos direitos humanos pode ser um obstáculo na construção de uma sociedade igualitária?. **METODOLOGIA:** O grupo realizou uma intervenção no Centro de Educação Básica Gustavo Adolfo a fim de ministrar uma oficina no componente de “Cidadania e Direitos Humanos” que tem como tutora a professora Lauren Waiss Da Rosa, promovendo também uma roda de conversa com os estudantes do ensino médio. Na oportunidade, os acadêmicos também, realizaram uma coleta de dados por meio de questionário proposto e autorizado na sala de aula, buscando um melhor entendimento sobre o nível de compreensão do assunto na instituição escolar. **RESULTADOS:** Após revisão das respostas do questionário e avaliação do envolvimento dos alunos na oficina proposta, o grupo constatou que, devido às novas diretrizes de ensino da educação básica, houve um considerável avanço na busca de uma sociedade igualitária, uma vez que as instituições possuem autonomia para propor currículos que adotem iniciativas para lecionar acerca dos direitos humanos e sua importância. Contudo, apesar dos avanços percebidos, foi constatado através de respostas ao questionário que ainda existem barreiras a serem superadas no meio escolar, como por exemplo, o entendimento de que os direitos humanos são inerentes a todas as pessoas, sem discriminação e indiferentes dos atos cometidos. **CONCLUSÕES:** Logo, entende-se que este projeto obteve evidências de que a lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, serviu como um avanço para a instrução dos direitos humanos no ensino básico. Todavia, em razão da reforma curricular ser relativamente nova, implementada a partir do ano de 2022, e também, em razão das proporções do projeto se prenderem a apenas uma instituição de ensino da região, os reais impactos das mudanças na grade curricular ainda não são perceptíveis de forma consistente. Portanto, o grupo entende que é de extrema importância que outros projetos nesta área sejam incentivados, para que, desta forma, a educação, que é base fundamental de uma sociedade, passe a possuir mais iniciativas voltadas para a compreensão e conscientização acerca dos direitos humanos na sociedade Brasileira.

**Palavras-chave:** Direitos humanos; Ensino Básico; reforma ensino médio.

## INTRODUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR

*Leidi Aiane Espindola, Lavinia Luiza Gonçalves Senter,  
Leticia de Souza, Lucas Balduino Pacheco,  
Nicole da Silva Bevilaqua, Augusto Dos Passos  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** Os Direitos Humanos são um conjunto de princípios e normas que protegem a dignidade da pessoa humana e esses direitos têm características de cunho universal, inalienável e indivisível, abrangendo diversas áreas como direito à vida, à igualdade, à liberdade e à dignidade. Tendo em vista a importância de tal tema, deve ser de conhecimento de todos, a importância do mesmo, sendo necessário sua introdução no ambiente escolar já nas séries iniciais. Segundo as doutrinas, durante os anos iniciais, as crianças têm uma capacidade maior de absorção de informações, sabendo disso, inserir as mesmas em um ambiente onde são devidamente instruídas será de grande auxílio para o seu desenvolvimento como cidadãos. Essa iniciativa está alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 4, que busca promover a educação de qualidade. A ação de extensão deste grupo, vinculada ao componente curricular de Direitos Humanos, tem por objetivo relatar o projeto de extensão realizado pelos acadêmicos do curso de Direito e Enfermagem da Universidade do Vale do Taquari - Univates, a ser executado em uma escola de nível fundamental, do 5º ano do interior do Rio Grande do Sul. O problema de pesquisa que se pretende enfrentar seria quais violações dos direitos humanos podem ocorrer no âmbito escolar? Reconhece-se que muitas pessoas, incluindo os mais jovens, têm pouco conhecimento sobre direitos humanos, assim, considera-se crucial oferecer essa educação desde cedo. Desse modo, evita-se que eles deixem seus direitos serem violados. No desenvolvimento da proposta, os alunos serão abordados inicialmente com a frase "Todos têm direito de ter direitos", instigando-os a falarem sobre o assunto em uma roda de conversa, entendendo se eles estão sendo respeitados na sua vida cotidiana e escolar. Na sequência, o trabalho prossegue com o estudo da Declaração Universal de Direitos Humanos, relatando a importância deste documento, suas contribuições e parte histórica. Também será utilizada a cartilha do autor Ziraldo, que tem uma linguagem mais adequada para a faixa etária da turma, elaborando dinâmicas a partir desta. Acredita-se que, ao instigar a compreensão de que todos são iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, sexo, religião, opinião política ou qualquer outra característica, estarão sendo plantadas sementes valiosas para uma sociedade mais justa e inclusiva. Apesar da sociedade ter evoluído de muitas formas diferentes, ainda pode ser identificado violações dos direitos fundamentais, uma vez que esses indivíduos possuam tais conhecimentos desde cedo, as chances dos mesmos, serem vítimas desse sistema é reduzido. Essa ação contribuirá para a construção de uma sociedade mais consciente, responsável e justa.

**Palavras-chave:** Direitos humanos; igualdade; dignidade.

**REFERÊNCIAS:** ZIRALDO, Ziraldo. **Cartilha** - Os Direitos Humanos. Disponível em: <https://turminha.mpf.mp.br/multimidia/cartilhas/CartilhaZiraldodireitoshumanos.pdf/view>. Acesso em: 22 out. 2023

## CONSCIENTIZANDO OS ALUNOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO SOCIAL, DE RESPEITO E DO COMBATE AO *BULLYING*

*Nicole Klein, Raiane Pedó,  
Guilherme Carissim Giuseppe Cadura, Nathalia Borba,  
Manoella Brentano, Mario José Eckhardt,  
Carlos Trindade.  
Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** A inclusão social, o respeito e o combate ao *bullying* são temas de suma importância para o ambiente escolar. A inclusão social visa a garantir a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, enquanto o respeito é fundamental para a convivência harmoniosa entre as pessoas. Já o *bullying* é uma forma de violência que pode causar danos psicológicos e emocionais graves às vítimas, inclusive enquanto crianças ou adolescentes. Portanto, a presente ação extensionista, vinculada ao componente curricular de Direitos Humanos e ao projeto de extensão Educação em Direitos Humanos no contexto escolar, ambos da Univates, tem por objetivo conscientizar os alunos das escolas municipais de Imigrante/RS sobre a importância da inclusão social, do respeito e do combate ao *bullying*. Neste contexto, o problema que se pretende abordar é como promover a conscientização sobre os temas de inclusão social, respeito e combate ao *bullying*, de forma a contribuir para a defesa dos direitos humanos? Para tanto, o grupo responsável por esta ação extensionista destaca a importância da inclusão social para a sociedade, informando sobre as barreiras ainda enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Vinculado a esta temática, o grupo também tratará do combate ao *bullying*, pois cerca de 38% das escolas brasileiras afirmam enfrentar problemas relacionados ao *bullying*, segundo dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2021. Considerando estes dados e a importância das temáticas, o grupo, por meio de dinâmicas e apresentação debaterá os conceitos, tipos e efeitos que o *bullying* causa na vida das pessoas atingidas, com o propósito de demonstrar o quanto esta prática pode ser prejudicial a uma pessoa que foi vítima bem como a importância do seu combate. Ao abordar o *bullying*, será destacado que a principal maneira de combatê-lo é por meio do respeito. O grupo também apresentará campanhas de conscientização para a promoção do respeito e da inclusão social, constantes em workshops, palestras e murais. Também será reforçada a importância do diálogo entre alunos e a criação de programas de mentoria, como alternativas de solução viáveis. Infelizmente, o *bullying* é uma prática muito frequente no meio escolar e a inclusão social ainda necessita de muitas melhorias para atingir aquilo que está previsto na legislação. O grupo acredita que, por meio desta ação de extensão, poderá conscientizar os adolescentes do 8º e 9º anos das escolas municipais de Imigrante/RS a refletir sobre o seu comportamento em relação à inclusão social, ao respeito e ao combate ao *bullying*, buscando melhorar a convivência no âmbito escolar e comunitário. Sob a perspectiva dos Direitos Humanos e considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS, verifica-se, por fim, que esta ação extensionista tem relação com o ODS 4 - Educação de Qualidade e o ODS 10 - Redução das Desigualdades.

**Palavras-chave:** *Bullying*; direitos humanos; educação de qualidade; inclusão social.

## EDUCAÇÃO E CIDADANIA FISCAL EM AÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES E IMPACTOS DA EXTENSÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

*Kelwin Fernando Rodrigues*  
*Leila Viviane Scherer Hammes*  
*Marta Luisa Piccinini*  
*Tatiele Gisch Kuntz*

**Resumo:** O presente relato visa a apresentar e discutir as ações realizadas pelo projeto de extensão Educação e Cidadania Fiscal: um instrumento de justiça e inclusão social, vinculado ao curso de Direito da Universidade do Vale do Taquari - Univates. O projeto de extensão, atua desde 2017, buscando, essencialmente, a disseminação de conhecimento à comunidade regional, com a finalidade de uma reflexão sobre a temática que envolve a tributação e a busca pelo senso crítico a respeito da matéria, de forma a instrumentalizar o cidadão para o exercício consciente da cidadania - um dos instrumentos indispensáveis para a construção de uma sociedade mais participativa, justa e igualitária. O projeto é desenvolvido por intermédio de ações extensionistas, destinadas ao público em geral, que envolve a comunidade acadêmica e a externa. Entre as várias ações do projeto estão a disponibilização de um curso em parceria com a Receita Estadual e o Instituto Justiça Fiscal, da mesma forma, também são realizadas intervenções na comunidade por meio de oficinas destinadas aos estudantes, as quais foram denominadas de: “Educação Fiscal e para o Consumo: duas faces de uma mesma moeda?”, e aos professores da rede municipal de ensino fundamental e médio, além de palestras, núcleo de estudos, submissão e apresentação de artigos e resumos, entre outros. As mencionadas intervenções, vem sendo realizadas desde 2017, colocando-se em prática o objetivo geral do projeto, este poderá ser visto como um importante instrumento aliado na busca pela justiça e inclusão social, pois, com a formação de pessoas interessadas e munidas de conhecimentos básicos sobre a educação e cidadania fiscal, pode-se incentivar o desenvolvimento de ações de iniciação científica por meio da participação de professores e estudantes em seminários e eventos acadêmicos, potencializando-se a capacidade de participação e intervenção ativa da própria sociedade nos seus mais diversos setores e na construção de políticas públicas, tendo em vista que o projeto desafia os participantes a conectarem seu aprendizado com a vida cotidiana.

**Palavras-chave:** Educação e cidadania fiscal; Escritório do Consumidor; projetos de extensão.

## **VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL – UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 2022**

*Izadora Fachini Schena*

*Orientadora: Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** O presente artigo propõe analisar os números relativos à violência infantojuvenil nos meses de janeiro a setembro de 2022 no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como base os dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Em virtude disso, o estudo será conduzido a partir do seguinte questionamento: qual o atual cenário da violência infantojuvenil no Estado do Rio Grande do Sul e quais ações poderiam ser tomadas para abrandá-lo? Para tanto, será abordado o histórico da evolução dos direitos das crianças e adolescentes no mundo e no Brasil, sobretudo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Após, será definido o que é violência infantojuvenil e suas principais formas, e finaliza-se apresentando os números deste problema no Estado do Rio Grande do Sul, com recorte para os meses de janeiro a setembro de 2022 Utilizou-se da pesquisa quali-quantitativa, realizada pelo método dedutivo, por meio de instrumentos técnicos bibliográficos, a partir da qual constatou-se a contemporaneidade deste problema social.

**Palavras-chave:** Crianças e adolescentes; Estatuto da Criança e do Adolescente; violência infantojuvenil.



## **ASPECTOS JURÍDICOS NA RELAÇÃO TRABALHISTA DOS ATLETAS PROFISSIONAIS DE ESPORTE ELETRÔNICO (CYBER-ATLETAS) NO BRASIL**

*Lucas Augusto Arthus*

*Orientadora: Claudia Tessmann*

**Resumo:** Considerando os altos investimentos no cenário, a atualidade e o crescimento acelerado do tema, a profissionalização no Brasil, assim como a falta de regulamentação específica, o estudo tem como objetivo analisar o enquadramento da relação contratual trabalhista dos jogadores de esporte eletrônico (*cyber-atleta*) frente às legislações pertinentes ao tema. Para isso, fora contextualizado o *cyber-atleta* e o *esports* (esportes eletrônicos) identificando os aspectos jurídicos na relação trabalhista dos mesmos verificando a necessidade de legislação especial ou de adequação da legislação já existente. A pesquisa é de suma importância devido a extrema atualidade do tema, que carece de regulamentação jurídica sólida, podendo ser alvo de artimanhas em detrimento dos direitos e responsabilidades trabalhistas dos atletas. Para tanto, a metodologia utilizada na pesquisa foi qualitativa dedutiva, com base bibliográfica vasta para maior número de conceitos e pensamentos, devido a ausência de base jurídica sólida acerca do tema. Verificou-se que os materiais abordados no presente trabalho trouxeram uma similaridade de compreensões e análises. Conclui-se que apesar do grande número de estudos abordados, há um consentimento geral sobre a necessidade de adequação da legislação para o *esports* no Brasil.

**Palavras-chave:** Esporte; esporte eletrônico; direito do trabalho; *esports*; *cyber-atleta*; legislação desportiva; consolidação das leis trabalhistas.

## PERSONALIDADE PSICOPÁTICA: A IMPUTABILIDADE PENAL DO PSICOPATA À LUZ DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

*Mariana Tanski Maieski*  
*Orientador: Sandro Fröhlich*

**Resumo:** O trabalho visa o estudo da imputabilidade do psicopata no Código Penal Brasileiro e para isto, é imprescindível diagnosticar a psicopatia como uma doença mental ou um transtorno de personalidade antissocial. Após, é possível enquadrar o psicopata em imputável ou inimputável. Importante mencionar que para que seja imputável é necessário que o agente tenha capacidade psíquica suficiente para, no momento da ação ou omissão, entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento. E para que seja considerado inimputável, nos moldes do artigo 26, *caput*, do Código Penal, é necessário que o agente possua doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, e, era, no momento da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento. Assim, o objetivo do presente trabalho é identificar quais os critérios que definem a imputabilidade penal do psicopata através do diagnóstico de psicopatia.

**Palavras-chave:** Psicopatia; imputabilidade; inimputabilidade; Código Penal Brasileiro.

**(IM)POSSIBILIDADE DE AÇÃO DE USUCAPIÃO DE ÁREA COMUM  
DE CONDOMÍNIO EDILÍCIO À LUZ DE DOCTRINA  
E JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA**

*Stéfano Augusto Koste*

*Orientadora: Gláucia Schumacher*

**Resumo:** Dentre os temas que mais chamam a atenção no ordenamento jurídico, está o instituto da usucapião, seja por se tratar de forma originária de aquisição da propriedade, seja pela defesa dos interesses de proprietário de bem suscetível a ser usucapido. Também, o condomínio edilício é muito relevante no ordenamento jurídico e na realidade fática das pessoas, tendo em vista seu crescimento exponencial nos últimos anos, principalmente em capitais e grandes cidades. Assim, a junção dos dois institutos é favorável do ponto de vista social e jurídico. Desse modo, considerando que há posicionamentos divergentes no meio jurídico no tocante à possibilidade de usucapir área comum de condomínio edilício, optou-se por realizar um estudo dos direitos à posse e a propriedade, do instituto da usucapião, com suas regras e requisitos, e do condomínio edilício, a fim de constatar a possibilidade de utilização da usucapião por condômino. Juntamente com os conceitos, foi realizada pesquisa bibliográfica exploratória na doutrina e na jurisprudência pátria, sendo possível verificar que a possibilidade de usucapir área comum de condomínio edilício deve se ater ao caso concreto, em consonância com os requisitos da usucapião extraordinária e aplicação dos princípios da boa-fé objetiva e da *suppressio*.

**Palavras-chave:** Usucapião; área comum; condomínio edilício; *suppressio*; tolerância.

## **TEORIAS CONTEMPORÂNEAS QUE BUSCAM ATENUAR O PROBLEMA DA (IN)EFICÁCIA E (IN)EFETIVIDADE NOS TRATADOS E DECISÕES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

*Lucas Abelleira Jaeger*

*Orientador: Renato Luiz Hilgert*

**Resumo:** O Direito Internacional Público, enquanto área recente das ciências jurídicas, tem notáveis dificuldades, que percorrem toda a sua história, para a efetivação e a eficácia dos seus tratados e decisões proferidas por tribunais internacionais. Para mostrar essa questão, esta monografia analisa a evolução histórica do Direito Internacional Público; suas dificuldades contemporâneas; e, especialmente, as teorias que buscam explicar e apontar soluções. Toda a pesquisa resulta de revisão bibliográfica, legislativa e documental. São observados problemas concernentes às relações entre os países, à política em face do Direito, à redação e aplicação da legislação através de uma perspectiva pós-positivista, e portanto, altamente valorativa - o que termina por afastar os países culturalmente diversos - , e à falta de poder coercitivo quando da aplicação de decisões internacionais. Para tanto, são propostas formas para aumentar a integração dos países, a aplicação do positivismo nos Tribunais Internacionais, bem como para incorporar os tratados e decisões aos Direito interno.

**Palavras-chave:** Direito internacional; eficácia; efetividade; tratados; decisões.

## **O IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA COMO UM INSTRUMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL: UMA ANÁLISE DA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA**

*Marieli Luisa Zarth*

*Orientadora: Tatiele Gisch Kuntz*

**Resumo:** A Constituição Federal é clara ao estipular, nos incisos de seu artigo 3º, os objetivos fundamentais da República, com sua redação impositiva determinando, no que interessou ao presente trabalho, a construção de uma sociedade mais justa e a redução das desigualdades sociais e regionais. Nesse contexto, o objetivo geral do estudo consiste em analisar o Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF como um instrumento de Justiça Social por intermédio da Fiscal na concretização dos objetivos fundamentais da República. Desta forma, busca-se responder ao seguinte questionamento: O imposto de renda pessoa física IRPF, da forma como vem sendo cobrado no Brasil, desde o ano de 2015, pode ser visto como um instrumento de Justiça Social, por intermédio da Fiscal, na concretização dos objetivos fundamentais da República? O problema será respondido por meio de um estudo de cunho qualitativo com método de abordagem dedutivo. Para tanto, trabalhou-se com a hipótese de que a falta de ajuste nas bases de cálculo do IRPF e a estagnação das alíquotas não possibilitam que o citado imposto seja visto como um instrumento de Justiça Social por intermédio da Fiscal, uma vez que não respeita os princípios da capacidade contributiva e da progressividade, não contribuindo, desta forma, para a concretização dos objetivos do Estado.

**Palavras-chave:** Tributos; Imposto de Renda; justiça fiscal; justiça social.

**O CONTROLE DE JORNADA E O REGIME DE TELETRABALHO:  
UMA PERSPECTIVA A PARTIR DAS NORMAS COLETIVAS DOS  
TRABALHADORES BANCÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL  
NO PERÍODO DE 2020-2022**

*Letícia Sartor Marconato*

*Orientador: Cloceimar Lemes Silva*

**Resumo:** O teletrabalho possui como objetivo gerar conforto e flexibilidade de horários ao trabalhador, e menos gastos ao empregador, ao possibilitar que o trabalho seja realizado à distância do ambiente físico da empresa. Nesse cenário, o presente artigo visa analisar se o controle de jornada está sendo regulamentado no regime de teletrabalho, visto que a flexibilização do direito do trabalho, principalmente com as alterações realizadas pela Lei nº 13.467/17, o Art. 611-A, Consolidação das Leis do Trabalho, passou a autorizar que o controle de jornada fosse negociado por meio de Normas Coletivas. A partir disso, utilizando-se da abordagem qualitativa, e do método dedutivo de caráter explanatório, se busca por intermédio das técnicas documentais e bibliográficas basear a resposta do problema com o estudo de três Acordos Coletivos de Trabalho firmados entre 2020 e 2021, com vigência de dois anos, da categoria dos bancários do Estado do Rio Grande do Sul. Conclui-se que o controle de jornada deve ser realizado sempre que possível, mesmo nas situações elencadas no Art. 62, CLT. Isso, pois apesar de se reconhecer aos empregados e empregadores maior autonomia de vontade na negociação coletiva, há um núcleo rígido de direitos e garantias que não podem ser retirados dos teletrabalhadores, de modo que deve haver equilíbrio entre o legislado e o negociado.

**Palavras-chave:** Teletrabalho; controle de jornada; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Lei nº 14.442/22; normas coletivas de trabalho.

## **GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS PERANTE A DOADORA E LEGITIMAÇÃO DE VÍNCULO FAMILIAR**

*Rúbia Artus*

*Orientadora: Marta Luisa Piccinini*

**Resumo:** Através da gestação de substituição, método de reprodução humana assistida, que consiste na cessão do útero, permitindo que uma mulher carregue o feto de outra pessoa, o tão sonhado título de mãe biológica poderá tornar-se realidade, graças a medicina moderna. Apesar da existência do biodireito e a normatização do método pelo Conselho Federal de Medicina, não há legislação específica que regulamente possíveis conflitos gerados diante de reação adversa da doadora, conforme o combinado com os pais biológicos. Nesse sentido, observa-se no artigo, possíveis consequências jurídicas no caso de a doadora decidir não entregar a criança gerada aos pais biológicos e verifica-se uma possível legitimação, por parte da doadora, no tocante ao vínculo familiar e respectiva convivência com a criança. Tendo em vista a falta de legislação pertinente aos casos, a doadora do útero, perante a decisão de não entregar a criança gerada por ela, poderá sofrer ação judicial de reparação por danos morais proposta pelos pais biológicos, diante dos danos mentais e psicológicos sofridos, além de discutir judicialmente a guarda da criança. A doadora, considerada como mãe de nascimento e também parente dos pais biológicos, poderia conviver e participar da vida da criança gerada por ela, sendo legítimo o vínculo familiar baseado na multiparentalidade.

**Palavras-chave:** Direito de Família; reprodução humana assistida; gestação de substituição; cessão de útero.

## O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO VALE DO TAQUARI: UM ESTUDO SOBRE POTENCIAIS REFLEXOS

*Leila Viviane Scherer Hammes*

**Resumo:** O envelhecimento populacional é um fenômeno que vem sendo percebido nas últimas décadas, inclusive no Vale do Taquari - RS, e que tem implicações significativas para a sociedade, portanto a relevância de estudar os seus potenciais reflexos. Neste sentido, o problema de pesquisa que se propõe é: quais são alguns dos potenciais reflexos do envelhecimento populacional no Vale do Taquari a partir dos conceitos de desenvolvimento, espaço e território? Assim, o objetivo deste trabalho é identificar alguns dos potenciais reflexos do envelhecimento populacional no Vale do Taquari, considerando os conceitos de desenvolvimento, espaço e território. Justifica-se o presente estudo, pois os reflexos do envelhecimento populacional no Vale do Taquari ainda não são totalmente conhecidos e o aumento da população idosa pode apresentar desdobramentos de diferentes ordens. O estudo desses reflexos é fundamental para o planejamento e a gestão da região, de modo a garantir o bem-estar da população e o desenvolvimento do território. O desenvolvimento do presente estudo será realizado por meio de revisão bibliográfica e análise de dados bem como utilizará o método dedutivo, partindo de princípios gerais sobre o envelhecimento populacional para chegar a conclusões específicas sobre os potenciais reflexos do envelhecimento populacional no Vale do Taquari. Conclui-se que a garantia das capacidades humanas, propostas por Amartya Sen, é fundamental para que as pessoas idosas possam ser autônomas e livres, na medida de suas capacidades, bem como para que possam contribuir para o desenvolvimento, o espaço e o território das suas comunidades.

**Palavras-chave:** Envelhecimento populacional; desenvolvimento; espaço; território.

**REFERÊNCIAS:** SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



ISBN 978-655376289-3



9

786553

762893